

Os “estabelecidos e os *outsiders*” da Sulanca no agreste Pernambucano

Annahid Burnett

Doutorado em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), estado da Paraíba. Pesquisadora do grupo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFCG/CNPq. Tradutora do livro *Sociologia Ambiental*, do professor John Hannigan, da Universidade de Toronto, publicado pela Editora Vozes.

Endereço eletrônico: aburnett8@hotmail.com

Endereço postal: Rua Silvino Macedo, 134, 1º andar, Maurício de Nassau. CEP 55012-380 Caruaru-Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Norbert Elias & John L. Scotson abordaram de maneira bem ilustrativa a compreensão de processos que necessariamente começam dentro dos indivíduos – a constituição de alteridades, o “nós” e o “eles” –, através de uma reflexão sobre nossa própria posição e comportamento. Os autores descrevem como isso funciona na obra *Estabelecidos e outsiders* (1965).

Os pesquisadores estudaram, no início dos anos 1960, uma área na periferia de uma rica cidade industrial no centro da Inglaterra, o subúrbio de Wiston Parva, onde vivia uma população de 5000 habitantes. Tinha suas próprias indústrias, escolas, igrejas, lojas e clubes. A Zona 1 era de classe média. A Zona 2 – na qual se estabelecia a maior parte das indústrias – abrigava a classe operária. A Zona 3 também era habitada por integrantes do proletariado. Essa zona industrial foi construída em 1880. A primeira foi a Zona 2. Durante as décadas

de 1930 e 1940, a Zona 1 foi edificada como um distrito residencial, com casas ajardinadas, esparsas, distantes umas das outras, desenhadas para a classe média. A Zona 3 foi construída depois, numa terra desqualificada anteriormente, e afirmava-se ser alagada e cheia de ratos. Os apartamentos ficaram vazios por um longo período, apesar do baixo valor dos aluguéis. Logo a relação “nós” e “eles” foi desenvolvida entre os estabelecidos nas zonas 1 e 2, e os novatos na Zona 3.

Elias e Scotson procuraram respostas para a razão e função da segregação. Inicialmente estudaram os fatores demográficos, atentos às variáveis classe social, renda, trabalho e origem da população. Entretanto, encontraram diferenças mínimas entre as zonas 2 e 3, e grandes diferenças entre a 1 e a 2. A análise da pesquisa quantitativa não foi satisfatória, principalmente para as zonas 2 e 3 que tinham uma estrutura social similar, vista através de fatores de classe e socioeconômicos.

De acordo com Elias e Scotson, a resposta seria encontrada em outro lugar. A sua nova hipótese focou na necessidade de estudar os contatos e confrontações dos grupos, assim como as barreiras e conflitos que surgiram quando dois grupos anteriormente independentes se tornaram dependentes um do outro, ou seja, essas configurações surgiram quando culturas e valores se encontraram.

O estudo qualitativo – baseado em entrevistas com os agentes sociais das organizações voluntárias, do clube da juventude e da lista dos eleitores – não produziu uma base aceitável para uma explicação do antagonismo entre as zonas. Os autores concluíram ser possível analisar e comparar áreas como essas três, usando variáveis históricas, econômicas, culturais, políticas, religiosas e administrativas. No entanto, tal análise não teria uma explicação completa sobre inclusão e exclusão, nem do processo de marginalização existente. Segundo os pesquisadores, não havia diferenças significantes entre as zonas 2 e 3. A explicação tinha que ser buscada nas relações entre os habitantes das áreas; como as pessoas estabeleceram relações através da vida, quando jogavam juntas, iam para a escola, trabalhavam, negociavam, iam para a igreja ou se divertiam juntas. Os pesquisadores argumentaram que as formas mais elementares da vida social, desenvolvem dependência mútua e constituem a base da existência e formação da sociedade – um contrato social.

O tema central descrito por Elias e Scotson volta-se para diversos valores atribuídos às famílias e aos seus membros nas redes. No topo da hierarquia se encontram aqueles com um longo histórico na comunidade. O conflito era principalmente entre os velhos e os novos grupos. Por velho não queremos nos referir à idade biológica, mas, a uma posição social distinta e

superior. Os autores observam que o poder da estrutura só pode sobreviver se for transferido de geração para geração e se a sua fonte for monopolizada, ficando fora do alcance de outros grupos, ou seja, a monopolização da transferência de habilidades específicas, conectadas com tabus e normas de conduta em comum que separam os grupos.

Na sua análise, Elias e Scotson estabeleceram três padrões que fortaleceram a segregação e a manutenção da estrutura social. O primeiro foi baseado na centralidade da família matriarcal, no qual a elite foi reproduzida. O segundo, nos clubes locais e redes familiares. O terceiro foi centrado em torno do “boato” e da sua função em estabelecer e apoiar a ordem social – clichês baseados em julgamentos, condenações e discriminação do “eles” – enquanto promoção do “nós”, sempre alimentando a ordem existente. Processos de exclusão e inclusão são relacionais. Exclusão, inclusão e discursos de marginalização têm relação com o espaço e limites de normalidade. Esses limites são social, espacial ou simbólico, ou uma mistura de todos eles. A fixação desses limites se constitui num processo de discussões e rearranjos contínuos.

Os autores observam, na transição para a sociedade pós-moderna, global, tendência de um desenho “embaçado”, configurações que ainda não estão nítidas. Os valores da sociedade pós-moderna se tornaram também mais relativos e mais difíceis de serem capturados. As definições de normalidade estão perdendo o caráter específico. As discussões sobre marginalização podem, nesta perspectiva, ser vistas como uma crise de integração e estrutura. A inclusão e exclusão sociais devem ser entendidas como processos dinâmicos, evoluindo no tempo. Esses processos são relacionais; só podem acontecer como consequência do encontro de indivíduos e grupos. Os *outsiders* não são excluídos no sentido absoluto; estão sempre relacionados a outros indivíduos ou sociedades. Para esses autores, os **estabelecidos** e os *outsiders* vivem numa simbiose, baseada numa configuração de poder e dependência regida pela interação social e pelas estruturas da sociedade.

A FEIRA DA *SULANCA* NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

A Feira da *Sulanca*¹ teve origem em Santa Cruz do Capibaribe, situada na Mesorregião do Agreste pernambucano – área intermediária entre o Litoral/Mata de clima úmido e o Sertão semiárido e, mais especificamente na Microrregião do Alto Capibaribe –, onde fica a nascente do rio

Capibaribe. Sendo uma região intermediária, a Mesorregião do Agreste é naturalmente bem diversificada, permeada de brejos de altitude, verdadeiros oásis, os quais permitem a agricultura permanente, em meio a áreas de caatinga onde tradicionalmente se desenvolveu a pecuária extensiva para abastecer a região metropolitana, como observa Manuel Correia de Andrade (2005). Geologicamente, a Mesorregião do Agreste está situada no Planalto da Borborema, com altitude média entre 400 e 800 metros, também conhecido como Serra das Ruças², região montanhosa no interior do Nordeste brasileiro e se estende pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas (IBGE, 2011). O município de Santa Cruz do Capibaribe dista 180 km da capital do estado, Recife, e faz parte de um território tradicionalmente denominado Cariris Velhos, com baixa densidade pluviométrica e solos rasos.

O fenômeno produtivo/comercial denominado Feira da *Sulanca* emergiu durante as décadas de 1950 e 1960, a partir do aproveitamento dos retalhos provenientes da indústria têxtil do Recife num primeiro movimento; e, num segundo movimento, de retalhos dos rejeitos da indústria têxtil de São Paulo, adicionados aos primeiros. Esses retalhos serviam de matéria-prima para as costureiras dos sítios que, emendando-os, produziam peças de roupas e cobertas para serem vendidas nas feiras livres; assim, essas mulheres obtinham uma renda complementar da renda do sítio. A mão de obra era familiar; a unidade produtiva o domicílio; e a produção, doméstica e artesanal. Essa unidade produtiva passou para a zona urbana, seguindo as exigências tecnológicas da linha de produção, uma vez que os retalhos procedentes do Sudeste demandavam tecnologia mais complexa dos meios de produção e, assim, se tornou semi-industrial. Esse fenômeno se expandiu – formando uma rede nacional de parentesco e amizade, em meio à qual se processam arranjos produtivos e comerciais diferenciados – e hoje é denominado Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco.

De acordo com a pesquisa de Rabossi (2008), existem várias versões sobre as origens da *Sulanca*. Segundo o pesquisador, a produção de *Sulanca* começou em Santa Cruz do Capibaribe na década de 1950 com a confecção de colchas de retalhos. Esses retalhos e telas, no início, vinham do Recife, trazidos por comerciantes que vendiam seus produtos em Santa Cruz. Depois, com a expansão do sistema nacional de estradas e rodagens, os retalhos começaram a chegar de São Paulo, provenientes dos descartes da indústria têxtil e de confecções paulistanas. O autor observa que o primeiro nordestino que trabalhou com retalhos foi Seu Otávio, que se estabeleceu em São Paulo, em 1960, com um restaurante. Então, lá ele conheceu alguns

espanhóis que o iniciaram nesse comércio. Conta-se que, na realidade, foram alguns imigrantes espanhóis, durante a década de 1940, que começaram a aproveitar os resíduos da indústria têxtil paulistana na confecção de estopa para limpeza de barcos e para estofados da indústria de móveis; e que Seu Otávio passou a coletar e revender os rejeitos para os espanhóis. Depois, incluiu seus familiares no negócio, além de alguns empregados. Seu cunhado entrou como sócio e mais tarde se desmembrou, constituindo seu próprio negócio. Posteriormente, passaram a enviar os retalhos para Santa Cruz do Capibaribe para serem utilizados na confecção. De acordo com esta versão, os retalhos eram levados por caminhoneiros que retornavam após despachar sua carga. Depois, os comerciantes de retalhos – denominados sacoleiros – passaram a viajar em ônibus fretados. Observamos aqui que o resíduo virou mercadoria, deixou de ser descartado e doado e passou a ser comercializado.

A respeito da mercadoria, Marx (1950) afirma que a riqueza das sociedades capitalistas representa uma “imensa acumulação de mercadorias”. A mercadoria significa um objeto exterior, algo que por suas propriedades satisfaz algumas necessidades humanas de alguma forma, quer sejam de origem fisiológica ou do desejo; sua natureza não muda a essência, seja o apetite do corpo ou do espírito. A utilidade de um objeto faz dele um valor de uso. O que faz o valor natural de um objeto é a propriedade que ele tem de satisfazer as necessidades ou as conveniências da vida humana. Mas, esta utilidade determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, tal como o ferro, o diamante, é conseqüentemente um valor de uso e é o trabalho concreto do homem que determina as qualidades da sua utilidade. Quando é uma questão de valor de uso, subentendemos sempre uma quantidade determinada, como uma tonelada de ferro ou uma dúzia de relógios. Os valores de uso só se realizam no uso da consumação. Dentro da sociedade capitalista, eles são ao mesmo tempo o sustento material do valor de troca. O valor de troca aparece primeiramente como uma relação quantitativa, como a proporção da qual os valores de uso de espécies diferentes se trocam um pelo outro. O valor consiste na relação de troca que se encontra nas coisas, entre uma medida de uma proporção e tal medida de outras, relação que muda constantemente com o tempo ou lugar. O valor de troca parece algo arbitrário e puramente relativo, intrínseco, que imana da mercadoria; parece mais um contra senso. Uma vez que tiramos o valor de uso das mercadorias, só lhes resta uma qualidade, aquela do produto do trabalho. O tempo socialmente necessário à produção das mercadorias é o exigido em todo trabalho, executado com o grau médio de habilidade e de intensidade e dentro das condições que, em relação ao meio social são normais.

É, portanto, a quantidade de trabalho ou o tempo de trabalho socialmente necessário, numa dada sociedade, à produção de um artigo, que determina sua quantidade de valor. A quantidade de valor de uma mercadoria varia, então, em razão direta da quantidade e em razão inversa da força produtiva do trabalho que se realiza nele. Ou seja, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo necessário à produção de um artigo e menor é a massa de trabalho cristalizada nele, menor é o seu valor. Inversamente, quanto menos força produtiva de trabalho, mais tempo socialmente é necessário à produção de um artigo, maior é o seu valor. Portanto, a substância do valor é o *trabalho* e a medida da sua quantidade de valor é a duração do trabalho, estabelecida socialmente. Para produzir mercadorias, deve-se produzir valor de uso, mas, valor de uso para os outros, valores de uso sociais. Nenhum objeto pode ter um valor se ele não for útil. Se ele é inútil, o trabalho nele contido é investido inutilmente e conseqüentemente não cria valor. Logo, os “retalheiros” (GOMES, 2006) e *sulanqueiros* encontraram um valor de uso social para o que era considerado descarte, resíduo, lixo, conseqüentemente, sem valor. Esse produto se transformou em mercadoria, adquirindo, assim, valor de uso e valor de troca, para satisfazer as necessidades de uma “massa marginal” (NUN, 2000) resultado da “superexcludência” peculiar ao nosso “capitalismo dependente” (CARDOSO e FALETTO, 1970), latino-americano, na fase considerada como “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1989) dentro da dinâmica mais ampla de acumulação do capitalismo central e periférico.

O CIRCUITO DAS FEIRAS

A feira livre em Pernambuco se dá num circuito itinerante, em cada micro região. Por exemplo: a feira tradicional de Santa Cruz acontece às segundas-feiras; a de Jataúba na sexta-feira; já a de Caruaru, a pioneira e que é a maior, tem lugar no sábado. Dessa forma, o feirante tem diversas oportunidades de oferecer seu produto na mesma semana com pequeno deslocamento, ou seja, percorrendo distância curta, dentro da mesma região. Caruaru, como é uma cidade maior, além da feira central aos sábados, tem também as dos bairros: no domingo no bairro de São Francisco, na segunda-feira no bairro do Salgado e assim por diante. Alguns feirantes ficam somente nesse circuito municipal. Estas são as características de base da feira nordestina: improvisada, temporária e itinerante.

Os *sulanqueiros* extrapolaram esse circuito micro regional e ampliaram sua área de atuação. Por exemplo: numa semana, o *sulanqueiro* se deslocava para a região de Feira de Santana, na Bahia, e fazia o circuito

daquela região. Na outra semana, ele se deslocava até a região de Barreiras, também na Bahia, e fazia as feiras da semana naquela área. Em seguida, eles voltavam para Santa Cruz, pagavam as costureiras, se reabasteciam e saíam em busca de outro circuito de feiras. Dessa forma, o produto *sulanca* ficou conhecido pelo Nordeste afora. Encontramos também esta categoria de feirantes itinerantes denominada de *sulanqueiros*, por viajarem vendendo o produto *sulanca*, nos depoimentos das pesquisas de Sandra Alves Silva (2009); Alana Moraes (2012) e Glauce Campello (1983). Ressalte-se que atualmente o termo *sulanqueiro* se refere a pessoas que tenham uma atividade qualquer ligada à fabricação e ao comércio de *sulanca*, ou seja, feirantes que atuam no universo múltiplo e diversificado da *sulanca*. Observe-se, igualmente, que a categoria “retalheiro” não é usada e nem reconhecida no meio da *sulanca*. Trata-se de uma categoria criada por pesquisadores, estudiosos de migrações nordestinas em São Paulo, os quais detectaram-na no contexto de industrialização e urbanização daquela cidade, nas décadas de 1950 e 1960.

A “GRANDE TRANSFORMAÇÃO” DA FEIRA DA SULANCA

Como fato que comprova a evolução econômica de Santa Cruz do Capibaribe a partir da instituição da produção de *sulanca*, Campello (1983) aponta a implantação de agências bancárias importantes na época dessa expansão. Em 1970, foi instalada a agência do Banco do Brasil, a qual adotou três linhas de crédito – custeio, investimento e capital de giro –, propiciando, assim, o financiamento de máquinas e de outros equipamentos. A atividade têxtil detinha, em julho de 1983, 85% das aplicações da agência local do Banco do Brasil da parte destinada à indústria e ao comércio, representando 40% das aplicações totais deste banco. Em 1977, foi a vez de o Banco Itaú instalar sua agência com o estilo próprio de banco comercial – operando sem limites rígidos de crédito, ajustando às necessidades daqueles que buscavam no Sudeste as suas *mercadorias*, efetuando pagamentos à distância mediante cheques visados e financiando passagens aéreas pelo prazo de trinta dias. A Caixa Econômica Federal se instalou em 1981, e suas exigências de crédito apoiavam-se no valor do faturamento do cliente para linha de capital de giro, assim como o Banco do Brasil. Em fevereiro de 1983, foi inaugurada a agência do Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) que adotou um programa especial de crédito para o pequeno produtor, com limites de 600 mil cruzeiros e com amortização e custo financeiros ajustados ao funcionamento das pequenas empresas. Como norma geral, o aval era a garantia determinada, comprometendo os empresários mais sólidos e prósperos com a

regularidade das operações. Dessa maneira, os líderes do ramo selecionavam a concorrência e controlavam a expansão do crédito.

Segundo Campello (1983), as “fábricas” eram as maiores empresas de confecções e pertenciam aos descendentes dos pioneiros da atividade, os quais eram vendedores ambulantes de confecções populares. Essas empresas produziam um padrão de melhor qualidade, dirigido a um mercado fora do município e atendendo a encomendas feitas previamente. A atração exercida pela cidade, como ponto de convergência para o comércio de confecções, justifica também a instalação de pequenas novas unidades do ramo, sem vínculos com o início da atividade da *sulanca*. Essas microempresas são responsáveis pela produção de artigos populares de vestuário, de produção domiciliar e familiar, transformando a cidade numa grande “oficina” de confecções populares. É justamente nessas pequenas unidades que se encontra a maior parte da força de trabalho da região; elas geram emprego e distribuição de renda com reflexos nos demais setores urbanos.

Porém, a Feira da *Sulanca* como instituição independente da tradicional feira livre da segunda-feira no pátio da igreja de Santa Cruz do Capibaribe só começou em 1979, às quintas-feiras. Os depoimentos da pesquisa de Campello (1983) confirmam que esta feira começou de uma iniciativa individual. Conta-se que uma costureira, ao saber da presença de uns viajantes baianos na cidade, foi exibir suas confecções na calçada da rua onde morava, pois estava em dificuldades financeiras e, assim, outras costureiras seguiram o exemplo e começaram a expor suas mercadorias também nesse dia. De início, os comerciantes estabelecidos protestaram, afirmando ser uma concorrência desleal para seus produtos, mas as mulheres insistiram e terminaram se instalando em bancos de feiras neste dia e com o apoio da Prefeitura municipal. Naquele mesmo ano, aconteceu a pavimentação da estrada que liga Santa Cruz à BR 104, facilitando mais ainda a sua expansão.

Segundo a análise de Polanyi (2000), essa metamorfose da economia anterior para o sistema auto regulável de mercados foi mais completa do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. De acordo com o autor, “a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias”(s/nº). A desarticulação causada por essa transformação desorganiza as relações humanas e aniquila o seu *habitat*. As rendas passam a derivar da venda de alguma coisa e devem ser vistas como tais.

O trabalho de Maria Gilca Xavier *et al.* (2009, p. 2) mostra a transformação da paisagem urbana em Santa Cruz do Capibaribe, cuja feira, que

começou na Rua Siqueira Campos, já ocupava 28 ruas do centro da cidade. A mudança ocorreu a partir do novo empreendimento comercial denominado Santa Cruz moda *center*. De acordo com a autora, esta mudança foi feita através de planejamento urbano, “frente às necessidades da sociedade e do capital”. Na sua tese de doutorado – *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960 – 2000)* (2006) –, a pesquisadora salienta que a expansão da atividade econômica e urbana, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, deveu-se à “reestruturação no processo de desenvolvimento do país, à diminuição do parque industrial no centro-sul, à redução de oferta de emprego formal e ao declínio das migrações internas” (s/nº).

No entanto, no nosso entender, o que ocorreu foi a privatização de uma feira que nasceu livre. A partir da difusão das ideias ultraliberais³ desde os anos 1980, foram instaladas na região, instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)⁴; na década de 1990, encarregadas de disseminarem essa “tendência” através da cultura do empreendedorismo. Assim, o *sulanqueiro* virou empreendedor; por sua vez, o produto *sulanca*, virou *confecção* e, dentro desta “visão” modernizante, influenciada pelos “ventos centrais” anglo-americanos, segundo a qual tudo o que não é *Shopping center* deve ser considerado precário e degradante, iniciou-se uma campanha de modernização da feira. Consideramos, também, esse movimento como uma forma estratégica usada pela “pequena burguesia” *sulanqueira* emergente, para manter o controle e o oligopólio da *Sulanca*, dentro da realidade de expansão da feira e, por consequência, da “infiltração” de elementos exógenos às origens e raízes da *Sulanca*, ou dos *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 1965).

Norman Long (1990) argumenta que a Teoria da modernização visualiza o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção a formas mais complexas e integradas – tecnológica e institucionalmente – da sociedade moderna. Esse processo é mantido em movimento através do crescente envolvimento nos mercados de *commodity* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologia, conhecimento, recursos e formas organizacionais do mundo “mais desenvolvido” ou setor de um país para partes “menos desenvolvidas”. Dessa forma, a sociedade tradicional é dragada pelo mundo moderno, mesmo passando por alguns obstáculos, e sua economia e padrões sociais adquirem apetrechos da modernidade.

Verificamos que o produto *sulanca*, de início, se nutriu dos resíduos nos “bastidores” da indústria têxtil do Recife e de São Paulo, nas décadas de

1950 a 1970, no cenário da “revolução industrial” brasileira do pós-guerra. As relações comerciais na origem eram feitas na base da confiança e do escambo. O mercado para o produto *sulanca* foi expandido a partir dos *sulanqueiros* que viajavam para “fazer as feiras” em outros estados do Norte e Nordeste. Esse movimento dos *sulanqueiros* fez com que o produto *sulanca* se tornasse conhecido pelos rincões mais remotos do Norte e Nordeste brasileiros, atraindo clientes e pessoas de fora, interessadas em participar da economia da *sulanca*. Houve, assim, a expansão das atividades ligadas à Feira da *Sulanca*, e emergência e afirmação de uma “pequena burguesia” *sulanqueira* de origem rural, formada pelos pioneiros, os *estabelecidos* (ELIAS e SCOTSON, 1965), os quais mantiveram o controle econômico e o poder político da região e, conseqüentemente, promoveram a “modernização” e privatização da feira.

METODOLOGIA

Como metodologia, recorreremos a estratégias de pesquisa baseadas centralmente na história oral de vida dos agentes sociais que compõem esse complexo comercial/produtivo. A partir do relato oral (depoimentos e entrevistas individuais livres), foi possível chegar aos valores inerentes aos sistemas sociais em que vivem esses atores sociais. Aspectos importantes da comunidade, comportamentos, valores e costumes, podem ser detectados através da história de cada protagonista.

De acordo com Bom Meihy (2005), a história oral é um recurso moderno usado na elaboração de documentos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. A história oral de vida corresponde à narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. A técnica da *história de vida* tem sido usada para se entender a sociedade nos seus aspectos íntimos e pessoais. A história oral como metodologia de trabalho científico é adotada na academia brasileira como herança da tradição anglo saxã que, dentre outros, inclui o sociólogo e historiador social britânico Paul Thompson (2000). Seguindo-se esse caminho metodológico, o sujeito social, o colaborador, tem mais liberdade para narrar sua experiência pessoal. As perguntas servem simplesmente como indicativo, colocadas de forma ampla, dando maior liberdade ao sujeito para dissertar. Para conduzir os relatos das histórias de vida dos protagonistas da *Sulanca*, utilizamos uma espécie de “linha do tempo”, possibilitando aos entrevistados “mergulhar” nas suas histórias de vida.

Recorreremos também a procedimentos metodológicos da antropologia. De acordo com Roberto da Mata (1974, p. 27), na pesquisa em antropologia

social, “se estabelece uma ponte entre dois universos de significação, e tal ponte é realizada com um mínimo de aparato institucional ou de instrumentos de mediação.” O autor continua a desenvolver sua reflexão, afirmando que essa mediação é feita “de modo artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os ingredientes das pessoas e do contato humano.” Segundo o autor, a etnografia é “transformar o exótico no familiar” e/ou “transformar o familiar em exótico” – os dois universos de significação. A etnografia segue o movimento original da Antropologia “na busca deliberada dos enigmas sociais situados em universos de significação”.

Clifford Geertz (1999, p. 15) reitera esse argumento quando observa que, em antropologia social, seus praticantes fazem a etnografia. Assim, devemos compreender o que é etnografia para podermos começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Para este autor, “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante”. Desse modo, diz ele, o método nos ajuda a decifrar códigos sociais na elaboração de uma descrição densa. Segundo Geertz, a descrição etnográfica tem três características: ela é interpretativa, o objeto que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação consiste em “salvar” o que foi dito no discurso e documentá-lo, classificá-lo. “As sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas.” (s/nº)

Por sua vez, Leach (2006, p. 15) argumenta que o cerne da antropologia social é o trabalho de campo – “a compreensão do modo de vida de um determinado povo”. O antropólogo social deve pensar nas ideias organizacionais presentes em qualquer sociedade como constituintes de um padrão matemático. Tratando também dessa temática, Boas (2006) afirma existirem leis que governam o desenvolvimento da sociedade e que essas leis são aplicáveis às sociedades de todos os tempos em todos os lugares. Guiados por esse conhecimento, podemos ter a esperança de orientar nossas ações de modo a beneficiar a humanidade. Tentamos, aqui, através da observação direta e participante, dos recursos etnológicos, interpretar os códigos das relações sociais entre os *estabelecidos* e os *outsiders* da Feira da *Sulanca*.

DAS NARRATIVAS

Transcrevemos, a seguir, trechos de narrativas dos seus protagonistas, na tentativa de compreendermos melhor o processo de constituição da relação “nós”–“eles” no discurso dos pioneiros – os *estabelecidos* – da *Sulanca*.

Narrativa de Carlos Ribeiro – registrada em 10 de julho de 2013, pela pesquisadora Annahid Burnett:

Eu não quero meus filhos na Sulanca

Meu pai nasceu no Sítio Espírito Santo, pertencente ao Brejo da Madre Deus. Minha mãe nasceu no distrito do Pará, município de Santa Cruz. Meus avós vieram muito cedo pra cá. Meu avô materno é aposentado como vereador. Meu avô paterno foi vice-prefeito por dois mandatos. Meus pais já eram nascidos e vieram pra cá pra estudar. Minha vó paterna foi uma das pioneiras da Sulanca. Meu avô levava queijo, carvão, algodão e farinha pra Recife e trazia mantimentos e pedaços de tecidos. Minha vó costurava os retalhos que ele trazia do Recife e fazia roupas e vendia por aqui mesmo, no meio da rua, no chão. A mãe da minha esposa era professora. O pai começou a viajar pra São Paulo e trazer tecidos, na maioria retalhos, pontas de peças, lote com defeito, restos mesmo; até do tamanho 15 por 10 tinha; se aproveitava tudo e chegava aqui e fazia coberta. Minha esposa nasceu dentro dos retalhos. A mãe colocou quatro filhos no ramo de tecidos. Hoje cada um tem sua loja.

Temos quatro filhos. Eu não quero meus filhos na Sulanca porque é muito pervertida. O que a gente tinha que sugar deste ramo já sugou; pra entrar hoje tá muito difícil. Muita gente de fora, da Paraíba. Um filho faz *Design* gráfico e já atua, desenvolve logomarca. O outro pretende fazer Educação Física. A filha mais velha vai pra o Recife o ano que vem. A mais nova tem 10 anos e quer ser missionária da Igreja. A gente tem apartamento em Boa Viagem [bairro de Recife]. No condomínio tem uns 60 apartamentos pertencentes às pessoas de Santa Cruz.

Eu fui funcionário do Banco do Brasil durante vinte anos. Entrei com 14 anos, como estagiário, e saí com 34, como gerente de contas, há sete anos atrás. Esta loja tem 22 anos. Quando casamos, colocamos uma lojinha no Beco do Padre, em 91. Eu no Banco e minha esposa na loja. Quando abriu o *Moda Center*, nós fizemos uns investimentos lá e aí minha esposa já não estava mais dando conta. Aí eu pedi pra sair do Banco. Aí fiquei aqui ajudando minha esposa. Minha parte é a financeira, contábil e fiscal. Ela faz a parte comercial. Ela é muito antenada, vai duas, três vezes por ano em São Paulo, ver as tendências. Eu fiz a coisa certa na hora certa. Eu sou formado em Administração de empresas. Estou me preparando

pra importar da China. Meus filhos falam inglês, já passaram uns dias no Canadá. A gente compra do importador de São Paulo e Minas. Se a gente comprar direto, tem mais vantagem. Fiz um curso de importação passo a passo, organizado pela FIEP. O canal junto ao SEBRAE é o CDL, principalmente no atendimento. O nosso lema é atender bem. O Moda *center* foi excelente pra nós. Peguei minha indenização do Banco e comprei sete lojas, aluguei e hoje ganho mais de duas vezes o que ganhava no Banco, com os aluguéis. Aquilo foi uma bênção, apesar das turbulências no início.

Juntamos os três irmãos e compramos um sítio de 32 hectares, graças a Deus; fizemos uma casa para toda a família. Com três donos, tem sempre um pra cuidar. Quando a feira era aqui no centro eu vendia um terço do que vendia hoje. Hoje eu ganhei visibilidade, espaço, estacionamento, as ruas estão limpas. Não tinha banheiro, as pessoas faziam na rua. No sítio tem um pouco de tudo, poço artesiano com água doce com cata-vento.

Este relato é bastante esclarecedor sobre os detalhes da evolução da *Sulanca*. Vemos claramente que o narrador não só faz parte da “pequena burguesia” *sulanqueira* da cidade como também pertence ao grupo que articulou a privatização da feira. Convém salientar que o irmão do entrevistado é hoje o síndico do Moda *center*. Observamos que pessoas que à época não possuíam capital para investir no novo centro comercial atualmente se encontram sujeitas aos aluguéis impostos pelos proprietários dos espaços para comércio naquele lugar. Portanto, a feira que era um espaço *livre* e público, na atualidade está sob o controle de uma elite pertencente à “pequena burguesia” *sulanqueira* no poder daquela instituição.

Nota-se no depoimento que o entrevistado incorporou o “discurso empreendedorista” implementado pelo SEBRAE na região. Observamos as metamorfoses nas redes comerciais da *Sulanca*, as quais estão se tornando globalizadas, com o nosso narrador representando uma das pontas de lança desse novo momento. Conforme explicitado pelo próprio, nos seus planos está a idéia de desenvolver uma relação comercial direta com o fornecedor majoritário, a China, e eliminar o intermediário do Sudeste brasileiro.

Sobre a “cultura do empreendedorismo”, convém abrir um apêndice para essa discussão tão em voga neste momento do capitalismo de acumulação flexível, nos termos de Harvey (1992). Essa “cultura” surgiu a partir do desenvolvimento do ultraliberalismo nos países centrais nos anos 1980, notadamente influenciados pelas políticas dos governos de Margaret

Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente. E por que ultraliberalismo? O termo foi concebido por analistas políticos europeus, como divisor de águas de uma nova era; segundo eles, anteriormente ao *thatcherismo*, os neoliberais afirmavam que o “Estado era **um** problema”; porém, ao assumir o poder Margareth Thatcher retificou essa máxima, alegando que o “Estado era **o** problema”, justificando, assim, o ultraliberalismo, o dismantelamento do Estado. Tal postura foi logo seguida pelo seu parceiro, Ronald Reagan que implementou a política do *reaganomics* nos Estados Unidos.

Pesquisas como a de Rosângela Pereira (2011), sobre o trabalho a domicílio, encontram dificuldade em identificar esse “espírito empreendedorista” nas trabalhadoras a domicílio no setor de confecção. E por que fica difícil detectar esse “espírito” na realidade brasileira? Temos como hipótese que os estudos sobre empreendedorismo que fazem referência direta à obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber (2012), negligenciam o cerne da questão de Weber: a religião. O trabalho é o eixo central da religião protestante, mais especificamente puritana, da qual a cultura norte-americana é herdeira direta, pois os pioneiros, colonos assentados na América, foram os puritanos deportados da Inglaterra para onde não poderiam mais voltar. Weber nos chama a atenção para o fato de que o capitalismo encontrou justamente na cultura austera de trabalho, puritana, um campo fértil para se proliferar; e mostra também que, ao contrário, o mesmo não aconteceu no meio católico. E o que aconteceu nos anos 1980 e 1990 com a difusão do ultraliberalismo? O trabalho, tão central na cultura puritana anglo-saxônica, sofreu um golpe: começou a produzir desempregados. E como justificar essa taxa de desemprego galopante, considerando que o termo desempregado é uma humilhação numa cultura de perdedores e ganhadores? A cultura *WHASP* (**W**hite **A**nglo-**S**axon **P**rotestant) não permite a proliferação do não trabalho. Portanto, a expressão empreendedorismo surgiu dentro desse contexto, com o intuito de substituir o termo “desempregado” – inadmissível para os *WHASPs* – pelo termo “empreendedor”. Certamente, essa cultura protestante, importada, não poderia conferir os mesmos resultados quando implantada numa sociedade de colonização católica; ou seja, esse “espírito empreendedor” não encontraria eco numa cultura com valores tão opostos.

Podemos, assim, afirmar que os *sulanqueiros* não são empreendedores? Supomos que não, pois foram esses agentes sociais que empreenderam esse fenômeno produtivo-comercial; essa é uma história essencialmente centralizada na agência. A *Sulanca* é um produto dos agentes sociais agrestinos, sem a participação das instituições formais de políticas públicas e aquelas

representadas pelos grandes movimentos do capital. Contudo, não tem como referência o empreendedorismo formal, cartesiano, baseado no racionalismo weberiano. Consideramos ser esse um “empreendedorismo agrestino”, se podemos assim dizer, do Nordeste agropastoril e com características próprias dessa cultura, com outros tipos de racionalidade.

NARRATIVA DE ARNALDO VITORINO

Outra narrativa muito relevante para o entendimento do processo “nós” e “eles” se expressa na entrevista concedida à autora pelo professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, em 29 de março de 2013.

E a cidade hoje tá faltando água.

A feira daqui, de secos e molhados, era bem movimentada, vinha gente até da Paraíba. Aqui se trabalhava muito com o extrativismo: era o caroá, o carvão... Depois, começou-se a trabalhar com alpercatas, com calçados. O foco principal de Toritama era calçado. Algumas pessoas contam que um ônibus que vinha da Bahia com destino a Campina Grande errou a estrada e veio parar aqui. Quando passou, viu roupa na feira, algumas pessoas vendendo roupa na feira. Aí começaram a entrar, compraram roupa na feira e foram embora. Com poucos dias, chegou outro ônibus novamente. Aí o pessoal – quem tinha aquelas roupinhas – começou a botar na entrada da cidade. Aí pegava o pessoal entrando, pra não perder muito tempo. Tem essa história, desse ônibus que tava indo pra Campina Grande e errava o caminho. Chegaram aqui viram roupa barata e levaram. Foi aí que o pessoal começou a botar roupa na feira em dia que não era de feira, na quarta, na quinta... E aí começaram a vender essa mercadoria. Mas, aí a estrada ainda era de barro e às vezes não dava tempo de chegar aqui. Aí os mais espertos começaram a migrar pra Caruaru e vender em Caruaru. Aí, depois, Caruaru começou a aumentar a feira. Como a estrada era de barro, Toritama começou a botar banco na beira da pista pra aproveitar uma beirinha da história, e cresceu também. Primeiro fizeram o asfalto pra Campina Grande e depois foi que fizeram o asfalto de Pão de Açúcar pra cá.

Mas, Santa Cruz é a fonte, a origem de tudo. O *jeans* de Toritama, eu acho que 80% dele é fabricado aqui. Vai pra Toritama somente pra ser pré-lavado, amaciado nas lavanderias. A fabricação e o ponto de *jeans* é

aqui. A Santista tem uma cota de *jeans* pra o mercado nacional. A cota de *jeans* pra Pernambuco, os compradores de *jeans* são daqui de Santa Cruz. Aí Toritama vem buscar o *jeans* aqui. O pessoal começou a ir pra fora, região do Amazonas; depois começaram a se fixar por lá, montaram loja pra lá. Eles mesmos compram a mercadoria aqui e já tem caminhão pra levar pra lá. Se chegar no Parque da feira em dia de feira, tem cinco, seis carretas, carregando para o Pará.

A intranquilidade daqui começou quando os próprios prefeitos começaram a divulgar na televisão, na rádio, nos anos oitenta, que aqui o pessoal ganhava dinheiro e ninguém era desempregado. Aí começou a chegar muita gente de fora. Aí esse pessoal de fora vinha de toda cor e qualidade; vinha de tudo. Tinha aquele que vinha pra trabalhar e tinha aquele que vinha pra roubar mesmo. Ainda hoje tem bastante. Mas aqui sempre teve essa propaganda que não tinha desemprego. Santa Cruz não tava nem aí pra seca. Era uma seca danada pelo Nordeste todo. A cidade deu um salto a partir dos anos oitenta. O açude não comportou, o consumo triplicou. Aí construíram Machado; daí a pouco não deu mais. Muita fábrica mudou pra Caruaru, Recife, porque tinha água. Aí se construiu a barragem de Carpina. Carpina servia mais de contenção de cheia no período das chuvas; hoje é pra abastecimento. Aí se construiu Jucazinho; depois se construiu a barragem de Poço Fundo e a cidade hoje tá faltando água. Tabocas tá quase seco. Houve um êxodo rural pra cidade. Quando ganharam dinheiro, voltaram para o sítio de novo. Hoje tá todo mundo lá na zona rural com máquina industrial.

Esta análise nos mostra que o modelo de desenvolvimento, de progresso econômico, reproduzido para a região provocou não só uma transformação nos valores e costumes do povo da região, como também um impacto nos recursos naturais. A pressão da produção intensiva que causou o crescimento da população está impactando os recursos ambientais do semiárido e é desproporcional à capacidade de suporte. Outro ponto a salientar é o retorno ao sítio; porém, hoje, com tecnologia e conforto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos permitiu vislumbrar que as famílias do sítio agrestino nas décadas de 1950 e 1960 viviam sob condições adversas – as estradas eram péssimas, não existia luz elétrica e a família era a força produtiva que se encarregava da subsistência do núcleo familiar. A ligação local entre as

famílias do sítio era estabelecida pelas feiras livres, espaços para o encontro das pessoas integrantes de núcleos familiares isolados, onde podiam escoar seus excedentes, através das práticas de escambo, da “venda na base da confiança”, ou ainda trocar ou vender objetos pessoais, para completar a renda da família no sítio – cenário de suas práticas sócioeconômicas.

A *Sulanca* foi produto dessas estratégias de reprodução social, de subsistência do núcleo familiar, resultado dos costumes agrestinos dentro de um contexto socioeconômico particular. As condições físicas e tecnológicas fizeram com que esse núcleo familiar fosse transferido para a “zona urbana”, sede do município de Santa Cruz do Capibaribe, e com ele seguiram os costumes do sítio. E esse modo de produção do sítio continuou sendo reproduzido, na mesma medida em que foram se transformando, nessa nova atividade que se apresentou como a estratégia mais viável para assegurar a subsistência no núcleo familiar: os retalhos que representavam matéria-prima barata ou até gratuita, a experiência da costureira doméstica, a família como mão de obra no processo de produção da *Sulanca*, o domicílio da família como unidade produtiva e os homens como vendedores itinerantes e divulgadores desse produto nas feiras livres, os *sulanqueiros*, à margem do mercado formal. Ressalte-se que tais estratégias de reprodução social foram instituídas à margem do mercado formal e refletiram os costumes, os hábitos socioeconômicos e a divisão social do trabalho, particulares de agentes sociais agrestinos. Concluímos que esses elementos – mas, principalmente, o mercado de feiras livres como *locus* dessas práticas costumeiras – possibilitaram a instituição desse fenômeno produtivo/comercial.

O desenvolvimento da *Sulanca*, por outro lado, sofreu uma “Grande Transformação” e essa realidade continua se metamorfoseando nos tempos atuais. A “reestruturação produtiva” que atingiu a região a partir da década de 1990 encontrou um “terreno fértil” em um mercado improvisado e em plena expansão, caracterizado pelas relações de trabalho informais. A região começou, assim, a receber trabalhadores e empresários de outras regiões atraídos por esse mercado sem regulação formal. A feira que era “livre” começou a ser transformada e regulada mais fortemente pelo poder local. As relações de trabalho mudaram e com elas: a matéria-prima, os modos de produção, os fornecedores, os clientes e, o que era “feira livre”, virou *shopping center*, área privatizada e dominada pela “pequena burguesia” *sulanqueira*, emergente, de origem rural e que detém o controle econômico e o poder político na região. Através das narrativas dos protagonistas pioneiros da *Sulanca* – os **estabelecidos** – percebemos claramente a configuração do processo “nós” e “eles” em relação aos demais agentes sociais, os quais se inseriram na economia *sulanqueira*, *a posteriori* – os **outsiders**.

NOTAS

1 O vocábulo *Sulanca* supostamente originou-se das palavras *helanca* e *sul*, referindo-se aos retalhos de tecido sintético - este usado nos anos 1960 -, os quais vinham do *Sul*. Portanto, *sul+helanca=sulanca*.

2 O IBGE adota a grafia tradicional, *Ruças*, que, segundo Aurélio Buarque de Holanda, quer dizer neblina, névoa. Com o passar do tempo, as pessoas, desavisadamente, foram escrevendo *Russas*, supondo que este nome tinha alguma relação com a nacionalidade russa. Como a língua se produz e existe dentro de um processo vivo e dinâmico, essa prática passou a ser incorporada e, obrigatoriamente, reconhecida *a posteriori*, resultando na adoção das duas grafias atuais.

3 Ultraliberalismo é o termo utilizado pelos analistas políticos europeus para designar a exacerbação do liberalismo a partir da era *Thatcher/Reagan*. Ver a respeito Tzvetan Todorov (2010).

4 Ver a respeito Lima (2011).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES DA SILVA, Sandra Roberta. A juventude na Sulanca: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte, PE. 2009. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BURNETT, Annahid. “Era o tempo do pano na porta”: instituição e desenvolvimento da Feira da Sulanca dos anos de 1950 aos anos de 1980. 2014. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.
- CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da dependência” ou *Análises concretas de situações de dependência?* Texto apresentado no 2º Seminário latino-americano para El desarrollo (promovido pela FLASCO, sob o patrocínio da UNESCO, em novembro de 1970. Santiago, Chile), para comentar a comunicação de P. C. Weffort, “Notas sobre a teoria de classe ou ideologia nacional?”.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *The Established and the Outsiders*. Londres: Frank Cass & Co., 1965.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. **Imaginário**, USP, 2006, vol. 12, nº 13. 143-169.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.
- LEACH, Edmund Ronald. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LIMA, Alexandre Santos. “Empreendendo” a Sulanca: o SEBRAE e o polo de confecções do Agreste de Pernambuco. 2011. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 10(2): 303-335, 1989.

LONG, Norman. *From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development*. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 49, p. 3-32.

MARX, Karl. *Le capital: critique de l'économie politique, livre premier; le développement de la production capitaliste. Tome premier: La marchandise et la monnaie. Tome deuxième: La production de la plus-value relative, nouvelles recherches sur la production de la plus-value et Tome troisième: L'accumulation du capital, L'accumulation primitive, le procès d'ensemble de la production capitaliste*. Traduction de Joseph Roy et entièrement révisée par l'auteur. Paris: Éditions Sociales, 1950.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

NUN, José. *O futuro do emprego e a tese da massa marginal*. **Revista de Ciências Sociais** nº 152, vol. 38, 1999 e *Latin American Perspectives* 27(1), jan 2000.

PEREIRA, Rosângela. De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção? A complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria da confecção. 2011. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.

RABOSSI, Fernando. *En la ruta de las confecciones*. **Revista latinoamericana de ciencias sociales**; dossier: la vida social de la economía, crítica em desarrollo, nº 2, segundo semestre, 2008.

SOUZA, Alana Moraes de. “A gente trabalha onde a gente vive”: a vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções. 2012. Dissertação (mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 228 p.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past*. Oxford University Press, UK, 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

XAVIER, Maria Gilca Pinto; DE LA MORA, Luis; SARABIA, Mônica Luize. A cidade de Santa Cruz do Capibaribe e seu dinâmico desenvolvimento local: em foco as mudanças. **5ème colloque de l'IFBAE**, Grenoble, 18 et 19 mai 2009.

FONTES ORAIS

RIBEIRO, Carlos. “Eu não quero meus filhos na Sulanca”. Depoimento gravado e transcrito pela autora, em 10 de julho de 2013, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco.

VITORINO, Arnaldo. “E a cidade tá faltando água”. Em entrevista concedida à pesquisadora, em 29 de março de 2013. Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco.

Palavras-chave:

Sulanca, agreste, Santa Cruz do Capibaribe, estabelecidos, *outsiders*.

Resumo

Este artigo propõe um estudo sobre o processo “nós” e “eles”, tendo como *locus* a Feira da *Sulanca*, dentro do enfoque pós-moderno de Norbert Elias e John L. Scotson, *Estabelecidos e outsiders* (1965). O desenvolvimento do fenômeno produtivo/comercial *Sulanca* fez surgir uma elite formada pelos pioneiros nativos de Santa Cruz do Capibaribe, os **estabelecidos**, a qual reproduz esse discurso do “nós” e “eles” em relação aos forasteiros que vieram se inserir na economia da *sulanca*, os ***outsiders***. Essa elite formou uma “pequena burguesia” *sulanqueira* de origem rural, que “modernizou” e privatizou a feira, mantendo, dessa forma, o controle econômico e político da região. Como metodologia, utilizamos, principalmente, recursos da antropologia social e da história oral de vida desses protagonistas da *sulanca*.

Key words:

Sulanca, Agreste, Santa Cruz do Capibaribe, established, *outsiders*.

Abstract

This paper proposes an analysis about the process of “we” and “they” having as *locus* the “Sulanca” free market in the Northeast of Brazil in the post-modern approach *Established and Outsiders* by Norbert Elias and John L. Scotson (1965). The development of the productive/commercial phenomenon called “Sulanca” produced an elite formed by the native pioneers from Santa Cruz do Capibaribe, the **Established**, who reproduce a speech of “we” and “they” regarding the foreigners who came to town to participate on the *sulanca* economy, the **Outsiders**. Such elite formed a *petite bourgeoisie* from the countryside that modernized and privatized the free market to maintain the economics and political control in the region. We used oral history of life and resources from social anthropology as methodology.

Recebido para publicação em abril/2014. Aceito em abril/2015.
